



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do 2º Semestre de 2011 do Banco IBM S.A., acompanhadas das Notas Explicativas com o relatório de revisão limitada emitido pelos Auditores Independentes com objetivo de atender às normas do Banco Central do Brasil. **1 - Atividades:** A principal estratégia e missão do Banco IBM S.A. é financiar equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil, bem como produtos de TI não IBM. Novas modalidades de negócios vem sendo realizadas desde o 2º semestre de 2006 como aplicação de DI e empréstimos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. **2 - Cenário Econômico:** É esperado ainda um

crescimento econômico nos próximos trimestres, mesmo com o cenário atual. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou inflação em 2011 de 6,56%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acumulou inflação de 5,00% em 2011. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de dezembro de 2011, o Banco IBM S.A. apresentou um patrimônio líquido de 249 milhões de reais, obtendo no 2º semestre, em seu portfólio novos contratos aceitos no montante de aproximadamente 504 milhões de reais. O valor presente do montante a receber de arrendamentos e operações de crédito totalizam 1.881 milhões de reais no final do semestre. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		513.639	396.597	CIRCULANTE		1.277.098	1.183.829
Disponibilidades		8.410	10.166	Depósitos		831.823	660.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez				Depósitos a vista		400	231
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	186.858	63.074	Depósitos interfinanceiro		62.275	
Relações interfinanceiras	5	84.499	59.617	Depósitos a prazo	11	769.148	659.939
Repasse Interfinanceiros		84.590	59.759	Obrigações por empréstimos - no exterior	12	183.728	278.057
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(91)	(142)	Outras obrigações	13	261.547	245.602
Operações de crédito	6	65.287	40.341	Valores a pagar à sociedade controladora		172.241	
Empréstimos e títulos descontados - setor privado		65.995	40.587	Fiscais e previdenciárias - imposto de renda, contribuição social, ISS, PIS e Cofins		42.399	45.683
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(708)	(246)	Diversas		219.148	27.678
Operações de arrendamento mercantil	7	122.016	177.449	NÃO CIRCULANTE		1.344.832	799.023
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público		78.854	42.025	Exigível a longo prazo			
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		884.750	729.071	Depósitos a prazo	11	891.290	327.773
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(822.128)	(764.049)	Obrigações por empréstimos - no exterior	12	294.978	257.132
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(19.460)	(7.848)	Outras obrigações	13	158.564	214.118
Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários			178.250	Fiscais e previdenciárias - imposto de renda e contribuição social		93.103	128.785
Outros créditos - diversos	10	46.449	45.884	Provisão para riscos fiscais		50.220	48.232
Imposto de renda e contribuição social a compensar		46.449	42.805	Diversas		15.241	37.101
Créditos específicos		591	3.079	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	248.651	246.096
Devedores diversos				Capital social - de domiciliados no país		219.907	198.665
Provisão outros créditos liquidação duvidosa		(591)		Reservas de lucros		28.744	47.431
Outros valores e bens		120	66	Lucros ou prejuízos acumulados			
NÃO CIRCULANTE		785.064	423.874	Total do passivo e patrimônio líquido		2.870.581	2.228.948
Realizável a longo prazo		705.035	329.768				
Aplicações interfinanceiras de liquidez - depósitos interfinanceiros	3	449.587	164.804				
Relações Interfinanceiras							
Repasse interfinanceiros	5	157.675	93.203				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(116)	(42)				
Operações de crédito							
Empréstimos e títulos descontados - setor privado	6	113.023	78.900				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(707)	(589)				
Operações de arrendamento mercantil							
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público	7	78.421	34.848				
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		744.122	604.571				
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(817.616)	(639.419)				
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(19.354)	(6.508)				
Outros créditos - diversos	10	80.029	94.106				
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social							
Créditos específicos		19.019	36.673				
Devedores por depósitos em garantia		61.010	57.433				
PERMANENTE		1.571.878	1.408.477				
Imobilizado de arrendamento	9	1.525.645	1.403.441				
Diferido		46.233	5.036				
Total do ativo		2.870.581	2.228.948				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimentos	Estatutária	Legal		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010							
Saldo em 1º de janeiro de 2010	138.728			59.937	25.071	223.736	
Lucro líquido do exercício						22.360	22.360
Aumento de capital (Nota 14)	59.937			(59.937)			
Apropriação reservas				21.242	1.118	(22.360)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	198.665			21.242	26.189	246.096	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011							
Saldo em 1º de janeiro de 2011	198.665			21.242	26.189	246.096	
Aumento de capital (Nota 14)	21.242			(21.242)			
Lucro líquido do exercício						2.555	2.555
Apropriação reservas				2.428	127	(2.555)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	219.907			2.428	26.316	0	248.651
Semestre findo em 31 de dezembro de 2011							
Saldo em 1º de julho de 2011	198.665	21.242		9.070	26.666	255.643	
Homologação de aumento de capital (Nota 14)	21.242	(21.242)					
Lucro (prejuízo) do semestre						(6.992)	(6.992)
Apropriação reservas				(6.642)	(350)	6.992	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	219.907			2.428	26.316	0	248.651

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Brasil Participações Ltda., tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, os clientes de sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.) e, consequentemente, diversas operações têm a sua co-participação ou intermediação. O banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento sendo os recursos utilizados para tais operações captados substancialmente com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a política do grupo, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. **2. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com base nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros derivativos, o valor residual do ativo imobiliza-

do, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, impostos diferidos e provisões para riscos fiscais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas trimestralmente. **(a) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. **(b) Apuração do resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. **(d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias a saber: • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2011	2011	2010
Receitas da intermediação financeira			
Operações de arrendamento mercantil	508.166	978.400	806.214
Operações de crédito	23.296	38.758	30.389
Resultado de títulos e valores mobiliários	26.482	44.787	10.914
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	433	865	(87)
	558.377	1.062.810	847.430
Despesas da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(82.334)	(146.671)	(67.288)
Empréstimos, cessões e repasses	(26.980)	(48.910)	(58.993)
Operações de arrendamento mercantil	(406.113)	(794.622)	(651.244)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.751)	(24.903)	(4.382)
	(541.178)	(1.015.106)	(781.907)
Resultado bruto da intermediação financeira	17.199	47.704	65.523
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas administrativas	(9.570)	(18.650)	(17.732)
Despesas tributárias	(5.749)	(10.587)	(9.489)
Outras despesas operacionais (nota 19)	(254)	(3.344)	(2.030)
Outras receitas operacionais (nota 19)	6.836	10.754	8.047
	(8.737)	(21.827)	(21.204)
Resultado não operacional	6	28	(686)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	8.468	25.906	43.633
Despesa de imposto de renda e contribuição social			
Provisão para imposto de renda	(9.982)	(25.721)	(27.492)
Provisão para contribuição social	(5.996)	(15.447)	(16.892)
Ativo fiscal diferido	518	17.817	23.111
	(15.460)	(23.351)	(21.273)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(6.992)	2.555	22.360
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	168.295.345	168.295.345	168.295.345
Lucro (prejuízo) por ação do capital social final	(0,04)	0,02	0,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de reais)

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2011	2011	2010
Atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício	(6.992)	2.555	22.360
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	326.384	644.021	537.947
Superveniência de depreciação	18.430	89.206	105.440
Valor residual do ativo permanente baixado	34.343	35.580	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.751	24.903	4.382
Provisão/(reversão) de imposto de renda e contribuição social diferidos	(518)	(17.817)	(23.111)
Outros	(1)	(210)	19.407
Lucro líquido ajustado	397.397	778.238	666.425
Varição de ativos e obrigações			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(252.640)	(408.568)	(205.532)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21		2.684
Redução (aumento) em operações de crédito	(96.429)	(148.835)	110.561
(Aumento) em operações de arrendamento mercantil	(500.828)	(893.311)	(769.637)
(Aumento) em outros créditos	(21.756)	(3.984)	(23.858)
Redução (aumento) em outros valores e bens	34	(54)	1.787
Aumento (redução) em outras obrigações	27.625	(3.927)	142.835
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(446.576)	(680.441)	(74.735)
Atividades de financiamentos			
Aumento em obrigações por depósitos	424.988	735.169	416.773
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	21.164	(56.483)	(337.692)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	446.152	678.686	79.081
Aumento (redução) das disponibilidades	(424)	(1.755)	4.346
Modificações nas disponibilidades			
Início do semestre e exercício	8.835	10.166	5.820
Fim do semestre e exercício	8.410	8.410	10.166
Aumento (redução) das disponibilidades	(424)	(1.755)	4.346

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. • Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(e) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG):** Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - diversas" até a

data de término do contrato. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de Outras receitas operacionais. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. **(f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos de operações de arrendamento mercantil em que o cliente apresentar atrasos temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão da Controladoria, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com o mercado. Para a aplicação do critério de exceção prevista no artigo 2º da Resolução 2.682, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso superior ou igual a 15 dias, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Só será considerado esse critério de exceção se a representatividade, em percentual, das parcelas em atraso, comparadas ao valor presente das operações do cliente em análise, não ultrapassar 20%. • Acima de tudo o resultado da aplicação do critério exposto será criticado e analisado individualmente e isoladamente, assim como justificados e argumentados os casos em questão. • Serão verificados enfim os pagamentos realizados no mês subsequente e, no caso de liquidada a dívida do cliente em questão, as parcelas em atraso serão desconsideradas e então retornadas as classificações de crédito originais do cliente. **(g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social estão registrados levando-se em conta as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.355/06 Circular Bacen nº 3.171/02, limitados ao saldo das obrigações tributárias diferidas decorrentes da superveniência de depreciação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Medida Provisória nº 449/08, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. **(h) Permanente:** Conforme Resolução CMN nº 3.617/08 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. Os valores residuais dos contratos, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para o ativo diferido e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado do trimestre, se credores; e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificada na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira, operações de arrendamento mercantil. O ajuste líquido de superveniência de depreciação apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 monta a R\$ 89.206 (2010 - R\$ 105.440). **(i) Ativo Intangível:** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. O Banco não possui ativos intangíveis à data do balanço. **(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN. **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas (Nota 17). **Passivos contingentes** - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 17). **Obrigações legais** - Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (Nota 17). **(k) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia). **(l) Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros:** Com base em análise da administração, se o valor da contabilização dos ativos não financeiros do banco, exceto outros valores e bens e crédito tributários, exceder o seu valor recuperável, será reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício. **3. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2011

e de 2010, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI.

Emissão	Vencimento final	Contraparte	2011		2010	
			Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
03.09.2007	03.09.2011	Banco BIC			7.054	
03.12.2007	05.12.2011	Banco Votorantim			5.258	
06.05.2010	06.05.2014	Banco Itaú	4.952	7.428	4.433	11.083
13.08.2010	13.08.2013	Banco Itaú	12.684	25.374	11.360	34.084
03.11.2010	03.11.2015	Banco Itaú	8.358	25.073	7.486	29.943
20.05.2010	20.05.2014	Banco Fibra	971	1.457	853	2.134
23.09.2010	23.09.2014	Banco Fibra	2.129	4.257	1.875	5.617
10.12.2010	10.12.2014	Banco Fibra	1.263	2.523	1.109	3.325
14.06.2010	14.09.2015	Banco do Brasil	10.622	26.556	9.519	33.316
14.09.2010	14.09.2015	Banco do Brasil	2.715	8.145	2.433	9.732
05.11.2010	05.11.2015	Banco do Brasil	2.438	7.315	2.185	8.739
23.06.2010	23.06.2014	Banco Panamericano	3.847	5.772	3.402	8.506
13.08.2010	13.08.2014	Banco Safra	3.401	6.802	3.027	9.081
30.12.2010	30.12.2014	Banco Safra	3.449	4.607	2.048	6.149
23.09.2010	23.09.2014	Banco Sofisa	1.178	2.353	1.032	3.095
13.12.2011	11.12.2015	Banco Bradesco	3.017	9.052		
29.12.2011	02.10.2012	Banco Bradesco	22.000	0		
28.10.2011	28.10.2015	Banco Bradesco	848	2.543		
14.12.2011	14.12.2016	Banco do Brasil	6.233	24.932		
30.09.2011	30.09.2016	Banco do Brasil	2.654	10.616		
10.02.2011	10.02.2015	Banco do Brasil	25.373	76.120		
23.03.2011	23.03.2016	Banco do Brasil	1.352	4.733		
16.06.2011	16.06.2015	Banco Fibra	853	2.133		
30.11.2011	31.11.2015	Banco Fibra	957	2.870		
29.08.2011	29.08.2015	Banco Fibra	608	1.825		
25.03.2011	25.03.2015	Banco Fibra	1.107	2.768		
07.11.2011	06.11.2015	Banco Itaú	3.125	9.375		
02.12.2011	03.11.2015	Banco Itaú	4.034	12.104		
11.08.2011	11.08.2015	Banco Itaú	9.969	29.907		
19.09.2011	19.09.2015	Banco Itaú	2.115	6.344		
25.02.2011	25.02.2015	Banco Itaú	4.587	11.471		
08.12.2011	08.12.2015	Banco Pine	339	1.016		
16.06.2011	16.06.2015	Banco Safra	1.717	4.292		
28.11.2011	30.11.2015	Banco Safra	3.255	9.766		
29.12.2011	29.12.2015	Banco Safra	1.109	3.327		
31.08.2011	31.08.2015	Banco Safra	2.806	8.417		
08.04.2011	08.04.2015	Banco Safra	2.532	6.334		
13.05.2011	13.05.2015	Banco Santander	5.610	14.029		
21.11.2011	21.11.2015	Banco Santander	5.698	17.095		
29.12.2011	27.11.2015	Banco Santander	5.633	16.898		
01.07.2011	16.07.2015	Banco Santander	5.817	17.450		
25.11.2011	25.11.2015	Banrisul	2.907	8.720		
20.12.2011	19.12.2015	Banrisul	2.596	7.788		
			186.858	449.587	63.074	164.804

4. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com contrapartes para administrar as exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) diretamente correlacionados no que se refere às alterações nos seus valores de mercado em relação aos itens que estiverem protegendo tanto no início quanto ao longo da vida dos contratos e (ii) considerados efetivos na redução dos riscos associados às exposições a serem protegidas, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza, a saber: **(i) "Hedge" de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do

(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2011		2010			
			Valor futuro	Valor presente	Provisão para perdas	Valor futuro	Valor presente	Provisão para perdas
Indústria.....	0,5%	AA	98.767	95.748		88.166	86.169	
	1,0%	A	50.710	49.160	(246)	33.838	33.072	(165)
	3,0%	B	22.173	21.495	(215)	16.455	16.082	(161)
	10,0%	C	9.571	9.279	(278)	8.215	8.029	(241)
	30,0%	D	9.539	9.247	(925)	10.847	10.601	(1.060)
	50,0%	E	771	748	(224)	127	125	(37)
	70,0%	F	3.023	2.930	(1.465)	998	975	(488)
	100,0%	G	318	309	(216)	1.051	1.027	(719)
Comércio.....	0,5%	H	3.997	3.874	(3.874)	1.002	979	(979)
	1,0%	A	113.802	110.323	(552)	81.622	79.774	(399)
	3,0%	B	20.952	20.311	(203)	67.672	66.139	(661)
	10,0%	C	8.449	8.191	(246)	1.413	1.381	(41)
	30,0%	D	8.478	8.219	(822)	31.768	31.048	(3.105)
	50,0%	E	1.969	1.908	(573)	1.045	1.021	(306)
	70,0%	H	20.695	20.063	(20.063)	273	267	(133)
	100,0%	AA	961.281	931.890		831.148	812.323	
Instituições financeiras.....	0,5%	A	34.427	33.374	(167)	40.172	39.262	(196)
	1,0%	B	23.937	23.205	(232)	545	533	(5)
	3,0%	C	11.735	11.376	(341)			
	10,0%	D	120	116	(11)	4.854	4.744	(474)
	30,0%	C	649	628	(18)			
	50,0%	D	3.438	3.331	(333)			
	70,0%	AA	6.865	6.653		15.109	14.766	
	100,0%	A	119.484	115.831	(579)	104.843	102.468	(512)
Serviços.....	0,5%	B	36.816	35.691	(357)	50.986	49.831	(498)
	1,0%	C	21.425	20.770	(623)	3.947	3.858	(116)
	3,0%	D	13.386	12.977	(1.298)	5.896	5.763	(576)
	10,0%	E	5.435	5.269	(1.581)	7.370	7.203	(2.161)
	30,0%	F	23	23	(11)	290	284	(142)
	50,0%	G	14	14	(10)			
	70,0%	H	2.219	2.152	(2.152)	863	844	(844)
	100,0%	H	1.614.468	1.565.105	(37.615)	1.410.515	1.378.568	(14.019)

(b) Parcelas dos contratos por faixa de vencimento - valor presente

	Vencidas		A vencer		Total		
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Até 181 a 360 dias	Após 360 dias			
	9.852	979	785	433.588		339.501	780.400
2011	9.852	979	785	433.588	339.501	780.400	1.565.105
2010	7.119	684	259	430.167	314.952	624.937	1.378.568

(c) Composição do valor presente

	2011	2010
Arrendamentos a receber e valor residual garantido		
Setor público.....	157.275	91.496
Setor privado.....	1.492.349	1.319.019
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear.....	(1.639.744)	(1.403.323)
Total de bens arrendados.....	2.950.150	2.774.049
Depreciação acumulada.....	(1.657.323)	(1.692.630)
Superveniência de depreciação.....	232.817	322.022
Diferido (perdas em arrendamento a amortizar) ..	46.233	5.036
Credores por antecipação do valor residual - Nota 13.....	(16.652)	(37.101)
	1.565.105	1.378.568

(d) Movimentação global da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios

	2011	2010
Saldo inicial.....	16.124	11.742
Reversão de provisão.....		(6.548)
Constituição de provisão.....	24.903	10.930
Saldo final.....	41.027	16.124

resultado. **(ii) "Hedge" de fluxo de caixa:** A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. O banco participa de operações de "swap" que se destinam a reduzir a exposição de suas captações aos riscos de taxas de juros e de moeda. A administração desses riscos é efetuada através de políticas que definem as estratégias de operação, bem como os controles de acompanhamento e definição dos limites de posição. Contratos de "swap" de taxa de juros são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras pelo diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicados sobre um valor referencial de principal. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não havia posições de "swap" em aberto. **5. Repasses interfinanceiros:** As operações de repasses interfinanceiros são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes da Resolução 2.770.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2011		2010	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Instituições Financeiras ..	0,5%	A	200.797	(207)	116.257	(184)
			242.265	(207)	152.962	(184)
Total.....			84.590	(91)	59.759	(142)
Circulante.....			157.675	(116)	93.203	(42)
Longo prazo..						

6. Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes da Resolução 2.770.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2011		2010	
			Valor	Provisão para perdas	Valor	Provisão para perdas
Serviços.....	0,5%	AA	5.443		10.830	
			154.503	(772)	27.209	(134)
			6.052	(61)	52.051	(520)
			1	(0)	22.859	(114)
Comércio.....	1,0%	B	4.045	(40)	6.718	(67)
			5.077	(152)		
			2.168	(217)		
			1.729	(173)		
Indústria.....						



BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76 - CNPJ 34.270.520/0001-36

Em 31 de dezembro de 2011, havia inadimplência nas operações ativas vinculadas de arrendamento mercantil e operações de crédito que foram integralmente liquidadas ao longo de Janeiro de 2012.

	2011	2010
Máquinas e equipamentos	2.950.150	2.774.049
Depreciação acumulada	(1.657.322)	(1.692.630)
Superveniência de depreciação	232.817	322.022
	1.525.645	1.403.441

O imobilizado de arrendamento está segurado pelos arrendatários em favor do Banco, conforme estabelecido em cláusula contratual.

	2011		2010	
	Circu- lante	Longo prazo	Circu- lante	Longo prazo
Créditos tributários (i)	19.019		36.673	
Depósitos judiciais (Nota 17)	61.010		57.433	
Imposto a compensar - antecipações	46.449		42.805	
Devedores diversos		3.079		
	46.449	80.029	45.884	94.106

(i) A Administração estima a sua realização em linha com os tributos a recolher apresentados sob "Obrigações tributárias diferidas", conforme Notas 2(g) e 13. **11. Depósitos: (a) Depósitos a prazo:** O Banco capta recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário para sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.), os quais estão substancialmente vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil e de aplicações interfinanceiras de liquidez efetivadas com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução do CMN nº 2.921/02 (Nota 8). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ou a taxas prefixadas.

	2011		2010	
Vencimento final	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
2010				
2011		397.091		
2012	178.892		73.857	28.342
2013	4.673	50.515	3.293	2.976
2014	147.265	113.142	71.577	129.603
2015	244.045	384.140	114.121	166.852
2016	164.664	240.611		
2017	29.609	102.882		
	769.148	891.290	659.939	327.773

(b) **Depósitos interfinanceiros:** Em 31 de dezembro de 2011, o Banco apresentava captações em depósitos interbancários no valor de R\$ 62.275, com vencimento em 02 de janeiro de 2012. **12. Obrigações por empréstimos no exterior:** As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 478.706 (2010 - R\$ 535.189), equivalentes a US\$ 256 milhões (2010 - US\$ 287 milhões), incluem captações através de Floating Rate Notes, sendo parte dessas operações vinculadas as operações ativas conforme Resolução nº 2.921 (Nota 8) e têm vencimentos em até cinco anos e juros com "spread" de até 6,3% ao ano e em alguns casos acrescidos de Libor, estando composta da seguinte forma:

	2011		2010	
Empréstimo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
IBM Int.Treasury Serv.Company				
Dólar	13.268	16.546	41.839	9.353
CDI	170.460	278.432	236.218	247.779
	183.728	294.978	278.057	257.132

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

	2011		2010	
Vencimento	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
2012		115.567		
2013		157.885	99.851	
2014		75.202	31.116	
2015		49.214	10.527	
2016		12.677	71	
		294.978	257.132	

As despesas com essas operações no exercício de 2011 totalizam R\$ 48.910 (2010 - R\$ 58.993) registrada na rubrica de despesas com empréstimos, cessões e repasses.

	2011		2010	
13. Outras obrigações	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	42.399		45.683	
Diversas				
Fornecedores - partes relacionadas (a)	161.777		172.241	
Fornecedores - não IBM (b)	52.438			
Obrigações fiscais diferidas (c)		93.103		128.785
Provisões para riscos fiscais (Nota 17)		50.220		46.123
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)		2.238		2.109
Credores por antecipação de valor residual				
Contratos em aberto	3.649	9.268		30.850
Contingente		3.735		6.251
Credores diversos - país	1.284		27.678	
	261.547	158.564	245.602	214.118

(a) Fornecedores - partes relacionadas referem-se a valores a pagar a IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento, prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária além de aluguel do espaço físico utilizado. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo o contrato vigente. O total das despesas de prestação de serviços e aluguel registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montou a R\$ 16.568 (2010 - R\$ 15.484) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de Despesas administrativas. (b) Fornecedores não IBM referem-se a valores a pagar aos outros fornecedores, que não seja

IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento. (c) Obrigações fiscais diferidas decorrem da superveniência de depreciação (Nota 9) e foram apuradas conforme descrito na Nota 2(g). **14. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. (b) **Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2010 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do Banco de R\$ 59.937 sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2009 da Reserva Estatutária. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 11 de agosto de 2010. Em 12 de abril de 2011 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do Banco de R\$ 21.242 sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2010 da Reserva Estatutária. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de julho de 2011. (c) **Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (d) **Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, o saldo apresentado na rubrica Lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva. (e) **Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A Administração está propondo aos acionistas, baseado em manifestação destes, a não distribuição de dividendos, para reaplicação integral dos recursos nas atividades do Banco. **15. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a conciliação entre os valores apurados, conforme aliquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

	2011		2010	
Corrente	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	25.907	25.907	43.633	43.633
Adição da insuficiência de depreciação	89.206	89.206	105.441	105.441
Adição provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.903	24.903	3.633	3.633
Adição depósito judicial (Pis e Cofins)	4.030	4.030		
Adição de contratos em atraso - reversão da renda de contratos com parcelas vencidas a mais de 60 dias		836	836	
Demais adições líquidas	2.552	2.552	6.004	6.004
Demais exclusões líquidas	(317)	(317)		2.167
Lucro tributável antes da compensação do prejuízo fiscal e base negativa de CS	147.117	147.117	158.711	160.878
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	(44.135)	(44.135)	(47.613)	(48.263)
Base de cálculo	102.982	102.982	111.098	112.615
Alíquota nominal	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15.447	15.447	16.664	16.892
Dedução com incentivo fiscal			(258)	
Base de cálculo para IR adicional	102.742		110.858	
Alíquota nominal	10%		10%	
Imposto de renda adicional	10.274		11.085	
Total de IR e CS - corrente	(25.721)	(15.447)	(27.492)	(16.892)
		Contribuição social		Contribuição social
Diferido				
Reversão de obrigação fiscal diferida sobre insuficiência de depreciação	22.090	13.381	26.360	15.816
Reversão de crédito tributário sobre prejuízo fiscal e Contribuição social	(11.034)	(6.620)	(11.905)	(7.241)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	11.056	6.761	14.455	8.575
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.665)	(8.686)	(13.037)	(8.317)

A movimentação do crédito tributário referente as obrigações tributárias diferidas de 2011 e de 2010 é assim demonstrada:

	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo inicial	36.673	128.785	55.819	170.961
Reversão no exercício	(17.654)	(35.682)	(19.146)	(42.176)
	19.019 (a)	93.103	36.673	128.785

(a) Em adição ao valor do crédito tributário acima, sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, o Banco detém parcela de crédito tributário decorrente de diferenças temporárias, a qual não encontra-se reconhecida contabilmente, considerando-se as atuais expectativas de realização da administração. (b) No exercício o Banco reconheceu na rubrica de despesa com imposto de renda o valor de R\$ 211 relativo ao recebimento de precatório. **16. Gerenciamento de risco: (a) Risco de mercado:** A política do Banco é de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos a variações de moeda e de taxa de juros. Há acompanhamento dessas exposições por meio

de metodologia própria, em que são utilizados preços e taxas divulgados no mercado, e há revisões mensais da diretoria de Tesouraria. Em 2011 e de 2010, não havia posição com derivativos em aberto para proteção de seus ativos da variação cambial. Em cumprimento à Resolução 3.464/2007, o Banco IBM torna pública a Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado, cujo relatório poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. (b) **Risco de liquidez:** Eventuais riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. O Banco também mantém o montante de recursos próprios (patrimônio líquido) conservadoramente compatível com o volume de suas operações, monitorando assim sua liquidez. (c) **Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco, estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. O Banco, em cumprimento ao disposto no artigo 13, a, da Resolução nº 3.721/2009, torna público que em dezembro de 2009 definiu sua estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito e indicou seu Diretor de Operações como responsável por esta área junto ao UNICAD. (d) **Risco operacional:** O Banco, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, §2º, da Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional, tornou público resumo de sua estrutura de gerenciamento do Risco Operacional. A estrutura engloba políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e plano de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma. O inteiro teor da Estruturação de Gerenciamento do Risco Operacional e relatório implementada pelo Banco é de acesso público e poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. **17. Contingências:** O banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, como autor e réu. A Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (Nota 10) e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias" (Nota 13), respectivamente. O banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) ações de concordata e/ou falência e (iii) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

	2011		2010	
	Provisão Depósitos para riscos em garantia	Provisão Depósitos para riscos fiscais em garantia	Provisão Depósitos para riscos em garantia	Provisão Depósitos para riscos fiscais
Obrigações legais				
PIS	20.034	20.034	15.937	15.937
CSLL	28.468	28.468	28.468	28.468
CIDE (a)	1.718	1.718	1.718	1.718
Outros (b)	10.790		11.310	
	61.010	50.220	57.433	46.123
Cíveis				
Outros		2.238		2.109
Total geral	61.010	52.458	57.433	48.232

(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. (b) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R\$ 10,7 milhões, sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R\$3,2 milhões, cujo o risco de perda está classificado como possível. A Administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda possível, não constitui provisões para contingências. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se primordialmente a processos cíveis sobre danos morais e materiais e montam a R\$ 680 (2010 - R\$ 5.385). **18. Partes relacionadas:** O Banco IBM S.A. tem como controladora direta a IBM Participações LTDA. que por sua vez tem a IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços LTDA. como sua controladora direta. O Banco IBM mantém com sua controladora indireta, IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços LTDA, as seguintes transações: a) Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (nota 13); b) Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (nota 13); c) Captação de recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário (nota 11) e floating rates notes (nota 12). **19. Outras receitas/despesas operacionais:** Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

	2º Semestre de 2011		Exercício 2011		Exercício 2010	
Outras receitas operacionais						
Taxa equalização de contratos de arrendamento ("RBD")		6.185	9.778	7.491		
Recuperação de depósitos judiciais		335	335			
Outros		316	642	556		
Total		6.836	10.755	8.047		
Outras despesas operacionais						
Ajuste de faturamento		232	(2.403)	(1.536)		
Impostos retidos não recuperáveis		(84)	(733)			
Outros		(402)	(208)	(494)		
Total		(254)	(3.344)	(2.030)		

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Antonio Rascão
Diretor Presidente

Ana Paula Giuntini Zamper
Diretora Superintendente

Ronaldo Tostes
Diretor Tesoureiro

Antonio Ramos
Diretor de Operações

Mozart D'Osso Pereira - Contador - CRC/RJ 068.654/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco IBM S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para a ressalva:** O Banco registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência/insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(h)). Essas práticas não requerem a classificação das operações nas rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Opinião:** Em nossa opinião, exceto pela falta de reclassificação das operações de arrendamento mencionada no parágrafo acima, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0